



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

25 de Novembro de 2008, 15.00 Horas

ACTA NÚMERO 76

Presenças: António José Seguro (PS), Helena Lopes da Costa (PSD), Miguel Tiago (PCP), Bravo Nico (PS), Fernanda Asseiceira (PS), Fernando Cabral (PS), João Bernardo (PS), Luís Fagundes Duarte (PS), Luísa Salgueiro (PS), Manuel Mota (PS), Rosalina Martins (PS), André Almeida (PSD), Emídio Guerreiro (PSD), Pedro Duarte (PSD), Ribeiro Cristóvão (PSD), José Paulo de Carvalho (CDS-PP), Luísa Mesquita (Não Inscrita), Júlia Caré (PS), Jacinto Serrão (PS), Rita Neves (PS), Hermínio Loureiro (PSD) e João Oliveira (PCP).

Faltas: Manuela de Melo (PS), Odete João (PS), Paula Barros (PS), Sérgio Vieira (PSD) e Francisco Madeira Lopes (PEV).

Ausências por trabalho parlamentar:

Ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Apreciação e aprovação das actas das reuniões anteriores

3. Comunicações do Presidente

4. Projecto de Lei nº 602/X/4ª, do PCP – Regime Jurídico da Educação Especial

- **Apreciação e Votação do Parecer**
- **Relator: Deputado José Paulo de Carvalho – CDS/PP**

5. Projecto de Lei nº 603/X/4ª, do PCP – Alargamento da Escolaridade Obrigatória para 12 anos, (terceira alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei nº 46/86, de 14 de Outubro e alterada pelas Leis nº 115/97, de 19 de Setembro e nº 14/2005, de 30 de Agosto.

- **Apresentação e Debate**
- **Relatora: Deputada Cecília Honório – BE**

6. Audiência com o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol - 17h00



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

7. Requerimento apresentado pelo PSD, que solicita a audição da Ministra da Educação, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação do Estatuto do Aluno - Lei 3/2008 - pelas Escolas e sobre os fundamentos do seu despacho de 17.Novembro.2008

- **Apreciação e votação**

8. Outros Assuntos

9. Data da próxima reunião

Dia 02 de Dezembro de 2008 às 15.00 horas

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade, tendo-se verificado a ausência do Deputado do PEV.

2. Apreciação e aprovação das actas das reuniões anteriores

As actas nºs 71, 72 e 73, relativas às reuniões realizadas em 11 de Novembro e as actas nºs 74 e 75, das audições de 12 de Novembro, foram aprovadas por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Deputado do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Senhor Presidente deu conta do Despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República relativamente à proposta da Comissão, no sentido de Portugal se constituir membro efectivo das Conferências Interparlamentares Europeias do Espaço, em que se solicita aos serviços a organização de um dossier sobre esta temática.

Ainda em relação a esta matéria, e na sequência da decisão de se constituir um Grupo de Trabalho para acompanhamento das políticas espaciais, foi apreciada a proposta apresentada pela Deputada Odete João (PS).

Após a intervenção dos Senhores Deputados José Paulo de Carvalho (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Luiz Fagundes Duarte (PS), foi solicitado aos Coordenadores dos Grupos Parlamentares a indicação, até ao final do mês de Novembro, dos seus representantes no Grupo de Trabalho, reconhecendo-se vantagem em que este integre Deputados das Comissões de Defesa e dos Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

3.2. O Senhor Presidente deu ainda conta de que baixou à Comissão a Proposta de Lei nº 234/X/4, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, que consagra a garantia de intercomunicabilidade entre os docentes provenientes das Regiões Autónomas com o restante território nacional, cabendo ao PCP a indicação do respectivo relator.

A apresentação e o debate na Comissão foram agendados para o dia 2 de Dezembro e a apreciação do Parecer ocorrerá em 16 de Dezembro.

3.3. O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) apresentou uma proposta de programa para a deslocação dos Deputados da Comissão à Universidade de Évora e ao Centro de Ciência Viva de Estremoz, no próximo dia 9 de Dezembro, tendo o mesmo sido aceite, com a alteração da ordem das visitas, sugerida pelo Presidente da Comissão.

3.4. O Senhor Presidente informou ainda que não se encontra confirmada a disponibilidade do Presidente da Comissão de Acompanhamento da Iniciativa Novas Oportunidades – Eng. Roberto Carneiro, para a audição prevista para 2 de Dezembro.

3.5. Por fim, referiu-se à resposta do Ministro dos Assuntos Parlamentares ao relatório de progresso referente à 3ª sessão legislativa sobre a aprovação e entrada em vigor das leis e consequente regulamentação, em que não é dada resposta à falta de regulamentação de várias leis da área da Educação nomeadamente, associações de pais e encarregados de educação, Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto, Funcionamento da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e escolas de referência de alunos surdos e de cegos.

3.6. O Coordenador do Grupo de Trabalho do Ensino Superior, Deputado Manuel Mota, comunicou ainda que apresentará, na próxima reunião, um relatório preliminar, bem como um plano de visitas e uma proposta de programa para a conferência sobre a área europeia de ensino superior.

4. Projecto de Lei nº 602/X/4ª, do PCP – Regime Jurídico da Educação Especial

O Deputado José Paulo de Carvalho (CDS/PP) apresentou o Parecer.

Após a intervenção dos Deputados Luiz Fagundes Duarte (PS) e João Oliveira (PCP), foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Deputado do PEV.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A apreciação e votação foram gravadas em registo áudio, encontrando-se a gravação disponível na página da Comissão na Internet.

5. Projecto de Lei nº 603/X/4ª, do PCP – Alargamento da Escolaridade Obrigatória para 12 anos, (terceira alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei nº 46/86, de 14 de Outubro e alterada pelas Leis nº 115/97, de 19 de Setembro e nº 14/2005, de 30 de Agosto.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projecto de Lei, tendo-se seguidamente registado as intervenções dos Deputados Bravo Nico (PS), Cecília Honório (BE), Luísa Mesquita (N.Insc.), Emídio Guerreiro (PSD) e José Paulo de Carvalho (CDS-PP).

A apresentação e o debate que se seguiu foram gravados em registo áudio, encontrando-se a gravação disponível na página da Comissão na Internet.

6. Audiência com o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol - 17h00

A delegação era constituída pelos seguintes elementos: Dr. Joaquim Evangelista (presidente do Sindicato), José Carlos, Dr. Nogueira da Rocha, Alfredo Frank e os capitães do Estrela da Amadora, Hugo Carreira e Marco Paulo.

O presidente do Sindicato fez o ponto da situação dos atrasos nos pagamentos dos jogadores do Clube Estrela da Amadora e referiu-se também ao problema geral de atrasos nos pagamentos, que se verifica em todo o sector.

De seguida deu indicações sobre as soluções adoptadas em Espanha em relação a esta matéria, a saber:

- O respectivo Secretário de Estado promoveu a discussão entre os sindicatos e os clubes e nessa sequência foi revisto o contrato colectivo de trabalho;
- Foi criada uma comissão paritária, com representantes do sindicato e dos clubes, para acompanharem o cumprimento do contrato colectivo e a situação dos clubes (referiu ainda que em Portugal deixou de fazer-se um relatório anual da responsabilidade da Liga e de uma empresa de auditoria sobre a situação dos clubes);
- A Liga criou um fundo de garantia salarial, que é utilizado em situações de atrasos salariais;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

- No final da época é a Liga que pede ao jogador a declaração de inexistência de dívidas do clube (contrariamente ao que acontece em Portugal, em que as declarações são pedidas ao jogador pelo clube, o que pode limitar a sua liberdade de referir a existência de dívidas) e no caso de estas existirem pode fazer o pagamento ao jogador, ficando sub-rogada nos direitos de crédito deste em relação ao clube.

O Sindicato solicita maior regulação do Estado em relação à matéria, propondo a utilização de medidas idênticas e realçando a necessidade de criação de um fundo de garantia salarial ou de garantias bancárias, para as situações de atrasos nos salários.

Depois realçou o facto de a nova lei já permitir que as Ligas tenham representantes de outros agentes desportivos¹, além dos clubes, para que as suas decisões possam levar em conta os interesses de todos, salientando que se torna necessário aprovar o regime daquelas.

Referiu ainda que a diminuição dos patrocínios atribuídos pelas empresas aos clubes geram situações difíceis, mas verificam-se casos de clubes com gestão danosa.

De seguida mencionou que os jogadores de futebol em 2007 perderam o benefício social de que dispunham e agora propõem fazer uma poupança voluntária, que possa ser levantada no fim da carreira, em situações de incapacidade, etc.

Informou também que a Comissão Europeia pretende harmonizar o modelo de requisitos mínimos.

Por último referiu o problema da formação dos jogadores, indicando que o sindicato aderiu ao programa Novas Oportunidades e tem outros programas de formação com apoios comunitários.

Intervieram depois os deputados Ribeiro Cristovão (PSD), Fernando Cabral (PS), Miguel Tiago (PCP) e José Paulo de Carvalho (CDS-PP), solicitando esclarecimentos sobre as respostas que já obtiveram da Liga e do Secretário de Estado da Juventude e Desporto, fonte das receitas para o Fundo de Garantia Salarial que o Sindicato possui, fiscalização dos clubes, etc.

¹ O nº 4 do artigo 22º da Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro, estabelece que *“as ligas profissionais podem ainda, nos termos da lei e dos respectivos estatutos, integrar representantes de outros agentes desportivos”*.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

De seguida o Presidente da Comissão solicitou informação sobre se o nível de receitas geradas no futebol é compatível com os gastos, qual a sanção actual para os clubes não pagadores e a razão pela qual há jogadores nacionais desempregados, quando o Sindicato tinha referido que estes são tão bons como os estrangeiros.

Em resposta o Presidente do Sindicato referiu novamente a necessidade de regulação do sector, manifestou-se no sentido de a Secretaria de Estado intervir no sentido de “obrigar” os vários intervenientes a entenderem-se, indicou que o problema de atrasos nos pagamentos nas competições não profissionais ainda é maior, sendo da responsabilidade da federação e mencionou que as receitas do Fundo de Garantia tiveram origem num contrato de patrocínio com uma empresa.

Informou também que a situação dos jogadores do Estrela da Amadora vai ser entretanto resolvida com a intervenção da Liga. Referiu depois as insuficiências dos mecanismos de rescisão dos contratos no caso de atrasos nos pagamentos, já que nesse caso o jogador se arrisca a ficar sem jogar até ao final da época.

Indicou depois que o nível de receitas é compatível com as despesas, só que o fluxo de receitas não fica integralmente nos clubes, uma parte vai para os agentes dos futebolistas e estes condicionam os próprios dirigentes do futebol.

Referiu depois a necessidade de controlo da proibição de transferência de jogadores menores de 18 anos, entendendo também que a federação deve assumir critérios de participação de jogadores naturalizados na selecção.

Por último fez referência à questão dos seguros dos jogadores do futebol amador, que não têm contrato profissional, tendo contratos com remunerações inferiores às reais, o que se reflecte nos valores a receber no caso de incumprimento do contrato.

Finalmente entrevistaram os capitães Hugo e Marco que referiram as dificuldades inerentes à situação de atraso de pagamentos, as quais no caso do segundo também já se verificaram no anterior clube em que esteve, ilustrando a prática no sector.

7. Requerimento apresentado pelo PSD, que solicita a audição da Ministra da Educação, para prestar esclarecimentos sobre a aplicação do Estatuto do Aluno - Lei 3/2008 - pelas Escolas e sobre os fundamentos do seu despacho de 17.Novembro.2008



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) apresentou o requerimento, considerando que esta alteração à Lei constitui uma desautorização da Assembleia da República.

Intervieram os Senhores Deputados Luiz Fagundes Duarte e Bravo Nico (PS), Miguel Tiago e João Oliveira (PCP), José Paulo de Carvalho (CDS-PP) e Luísa Mesquita (N.Insc.).

O requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS, os votos favoráveis do PSD, CDS-PP, PCP e Deputada Não Inscrita e com as abstenções dos Deputados do BE e PEV.

8. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

9. Data da próxima reunião

Dia 02 de Dezembro de 2008 às 15.00 horas

Constatado que nada mais havia a tratar, foi dada por finda esta reunião, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 25 de Novembro de 2008

O Presidente

António José Seguro